

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.educacao@mpmt.mp.br

Boletim Informativo 14/2020

Cuiabá/MT, 01 de setembro de 2020

1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da **COVID-19 (Coronavírus)**.

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**Estado deve adequar 10 escolas às normas de segurança em Sinop**

O Ministério Público de Mato Grosso, por meio da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sinop (a 500km de Cuiabá), obteve decisões liminares favoráveis na Justiça que impõem ao Estado a obrigação de adotar medidas voltadas à adequação das edificações de 10 escolas estaduais às normas de segurança contra incêndio e pânico. As ações foram propostas separadamente, uma no mês de junho e as demais em agosto. As decisões são do juízo da Vara Especializada da Fazenda Pública de Sinop. [Continue lendo AQUI.](#)

PGJ questiona secretários sobre ações na Educação e Segurança

Ao participar na tarde desta terça-feira (25) de audiência pública virtual realizada pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na qual o Governo do Estado apresentou um balanço do cumprimento das Metas Físicas referentes ao segundo semestre de 2019, o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira fez questionamentos relacionados à realização de investimentos e ações nas áreas de segurança pública e educação. [Continue lendo AQUI.](#)

Ferramenta sobre Educação Básica é apresentada ao Deplan

Uma nova ferramenta disponibilizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag/MT), a partir do cruzamento de microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), deve contribuir para análise, comparação e interpretação de dados visando à criação de políticas públicas mais adequadas. Na quinta-feira passada, servidores da Gerência de Gestão e do Núcleo de Estatística do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) do Ministério Público de Mato Grosso assistiram a uma apresentação sobre o assunto. [Continue lendo AQUI.](#)

Promotorias regionais de educação manifestam-se sobre retorno das aulas presenciais no RS

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio das 10 Promotorias de Justiça Regionais de Educação (Preducs), emitiu nota pública na qual expressam o entendimento que a decisão quanto ao retorno das atividades escolares presenciais, tanto em sua data, quanto em sua forma ou ordem, cabe exclusivamente ao Poder Executivo. Porém, destacam a necessidade de garantir a necessária conciliação entre o direito à educação de qualidade e o asseguramento do direito à saúde. [Continue lendo AQUI.](#)

MPCE recomenda manutenção de matrículas de alunos do ensino fundamental

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), numa ação conjunta da 4ª Promotoria de Justiça do Crato, da 13ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte e da 1ª Promotoria de Justiça de Barbalha, resolveu expedir uma recomendação aos pais e responsáveis dos alunos no ensino fundamental das redes pública e privada de ensino localizadas nestes municípios a fim de que matriculem seus filhos e os mantenham frequentando as aulas, inclusive na modalidade não-presencial, por força do artigo 32, parágrafo 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que autorizou o ensino à distância em situação de emergência. [Continue lendo AQUI.](#)

Membros e servidores do MPCE participam de capacitação sobre plataforma do Unicef de combate à evasão escolar

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Caopije), realizou uma capacitação sobre a plataforma Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O encontro teve como objetivo preparar e habilitar promotores de Justiça, servidores e assessores das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Fortaleza para a utilização da ferramenta que tem como intuito o combate à evasão escolar. [Continue lendo AQUI.](#)

Nota Técnica orienta atuação de promotores de Justiça quando da retomada segura das atividades presenciais na Educação Básica

O Centro de Apoio Operacional da Infância, da Juventude e da Educação (CAOPIJE) do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) emitiu uma Nota Técnica acerca dos impactos sobre a política educacional em tempos de pandemia da Covid-19 e a retomada das atividades presenciais na Educação Básica. [Continue lendo AQUI.](#)

Ministério Público requisita da Seduc os protocolos de medidas sanitárias e de biossegurança para o retorno das aulas

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) reiterou requisição para que a Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (Seduc), envie os protocolos de medidas sanitárias e de biossegurança para o futuro retorno às aulas na rede estadual de ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

MPES assina termo com instituições de ensino para ajustar prestação de serviço

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de Vitória – Promotoria de Justiça Regional, Cível de Colatina, Cível de Guarapari, Cível de Linhares e Cível de Aracruz, e mais o Instituto Estadual

de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES) firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os Centros de Ensino Darwin. O objetivo do termo é adequar as práticas comerciais e cláusulas contratuais da prestação de serviços educacionais relativos à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em razão da pandemia do novo coronavírus – Covid-19 e da consequente impossibilidade da oferta dos serviços conforme originalmente contratados. [Continue lendo AQUI.](#)

MPSC obtém suspensão de decreto que permitia atividades recreativas em escolas de Itapema

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) obteve a suspensão de um decreto do Município de Itapema que permitia atividades recreativas nas escolas particulares da cidade, inserida na região da Foz do Rio Itajaí, classificada como de risco potencial gravíssimo para a pandemia de covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

MPPA ajuíza ação na justiça para garantir reforma de escola

O promotor de justiça de Itupiranga, Josiel Gomes da Silva, ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado do Pará, com pedido de liminar, solicitando a reforma urgente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profª Izabel Maracaípe, localizada no município. [Continue lendo AQUI.](#)

MPRS esclarece ao SINDICRECHES que instituições não podem exigir comprovante de matrícula em outra escola para rescindir contrato

Em reunião virtual para tratar da rescisão de contrato entre pais e os estabelecimentos de educação infantil durante a suspensão das atividades presenciais decorrente da pandemia da Covid-19, o Ministério Público do Rio Grande do Sul esclareceu ao Sindicreches que se considera prática abusiva nas relações de consumo exigir do consumidor, como condicionante, comprovante de matrícula em outra instituição de ensino das redes pública ou privada. [Continue lendo AQUI](#)

Promotora representa MPMS em Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas

Considerando a necessidade de manter as medidas de prevenção ao contágio da Covid-19, o direito à educação e um retorno seguro às atividades escolares presenciais, foi publicado no dia 5 de agosto, no Diário Oficial Eletrônico, o Decreto nº 15.492, instituindo, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas. [Continue lendo AQUI](#)

CURSO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS É OFERTADO À DISTÂNCIA PELA PROMOTORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA

A 7ª edição do curso de iniciação em Práticas Restaurativas: a Educação Entrelaçando Redes, promovido pela Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria (Preduc-SM), por conta das medidas de isolamento social, em consequência da pandemia da Covid-19, ocorreu na modalidade virtual, pela primeira vez. [Continue lendo AQUI](#)

Geduc realiza escutas sociais sobre retorno às aulas presenciais na capital

O Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc) do Ministério Público de São Paulo realizará duas escutas sociais virtuais sobre o retorno às aulas presenciais na cidade de São Paulo. O evento tem o objetivo de compreender as impressões, opiniões, dúvidas, críticas e sugestões da população sobre o assunto. [Continue lendo AQUI](#)

MPPI expede recomendação sobre merenda escolar no município de São

José do Divino

O Ministério Público do Piauí, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca, expediu, no último sábado (15), recomendação à secretária de educação de São José do Divino sobre a aquisição de merenda escolar. A primeira orientação à gestora é que a mesma conclua o mais breve possível o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº 021/2020, destinado a contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios. [Continue lendo AQUI](#)

Representante do MPPI participa de encontro virtual promovido pelo TCE-PI sobre controle externo e social da Educação

Representando o Ministério Público do Estado do Piauí(MPPI), a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), Flávia Gomes Cordeiro, participou de um evento virtual promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), para debater o tema: “Controle Externo e Social da Educação”. [Continue lendo AQUI](#)

MPMA e DPE discutem volta às aulas com secretarias de Educação

O Ministério Público do Maranhão e a Defensoria Pública do Estado tiveram uma reunião virtual nesta quarta-feira, 13, com as secretarias de Educação do estado e dos municípios de Imperatriz, Davinópolis, Vila Nova dos Martírios e Governador Edison Lobão para discutir a volta às aulas. [Continue lendo AQUI](#)

5. NOTÍCIAS DO MPF

Fundef: PGR reitera competência do MPF para mover ação coletiva de execução da sentença que determinou complementação de verbas

O procurador-geral da República, Augusto Aras, voltou a defender perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a execução coletiva da sentença que determinou a complementação dos valores do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef) a estados e municípios, repassados a menor pela União por erro de cálculo. [Continue lendo AQUI.](#)

Prefeitura de Angra dos Reis (RJ) deve fornecer alimentação a alunos da rede pública durante suspensão das aulas pela epidemia da covid-19, diz MPF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se, em parecer encaminhado à presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo provimento parcial de pedido de suspensão de tutela provisória (434/RJ) formulado pelo município de Angra dos Reis (RJ). O município pede que seja sustada decisão provisória do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ) que determinou à prefeitura o fornecimento de alimentação aos alunos da rede pública municipal durante o período de suspensão das aulas pela epidemia da covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

MP's emitem nota técnica e afirmam que o retorno às aulas no Pará, neste momento, é precipitado

Uma nota técnica emitida nesta terça-feira (18) pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Ministério Público do Trabalho (MPT) avalia como precipitada a decisão do gestor estadual e dos gestores municipais de retornar as atividades presenciais nas escolas públicas e privadas em razão dos riscos à saúde de

crianças, adolescentes, professores e demais trabalhadores da educação diante da pandemia de covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

MPF consegue, em audiência, que município de Cáceres (MT) se comprometa a regularizar transporte escolar

O município de Cáceres (MT), localizado a aproximadamente 220 km da capital Cuiabá, terá que regularizar a situação do transporte escolar prestado aos alunos da rede municipal de ensino. A definição foi feita em audiência na Justiça Federal, presidida pela juíza federal Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira, após o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Cáceres, ter ajuizado uma ação civil pública contra o Município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devido ao desrespeito às normas legais, colocando os alunos em risco. [Continue lendo AQUI.](#)

6. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais uma lei de Alagoas que instituiu no estado o programa “Escola Livre” e três normas municipais que proíbem o ensino sobre questões de gênero e sexualidade na rede pública. As decisões se deram na sessão virtual encerrada no último dia 21, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5537, 5580 e 6038 e das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 461, 465 e 600. [Continue lendo AQUI.](#)

Acordo entre sindicato de escolas particulares e MPT põe fim a ação no TST

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, extinguiu, sem resolução do mérito, as correções parciais relativas à liminar deferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF-TO) para suspender as atividades letivas presenciais nas escolas particulares do Distrito Federal. [Continue lendo AQUI.](#)

7. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Secretaria de educação do município de Muqui deverá realizar matrícula de criança em creche

A Vara Única de Muqui determinou que a Secretaria de Educação do Município efetuassem a matrícula de uma criança em uma creche municipal, após a mãe ingressar com um mandado de segurança. [Continue lendo AQUI.](#)

8. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Emenda Constitucional que garante a permanência do Fundeb é promulgada

Foi promulgada nesta quarta-feira (26) a Emenda Constitucional 108, que amplia o alcance e torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A promulgação foi realizada em sessão solene no Plenário do Senado, com a participação de parlamentares pessoalmente e de forma remota, pela internet. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto incentiva separação do lixo pelos alunos nas escolas

O Projeto de Lei 4270/20 altera a Lei de Educação Ambiental para incluir entre as ações e práticas previstas no ensino ambiental não-formal – fora do currículo – a separação

do lixo reciclável produzido em escolas do ensino fundamental e médio. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto de lei regulamenta novo Fundeb

O Projeto de Lei 4372/20 regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), recentemente tornado permanente por meio de uma emenda constitucional (EC 108). [Continue lendo AQUI.](#)

Conheça o novo Fundeb, que amplia gradualmente os recursos da educação

A Emenda Constitucional 108 torna permanente uma das principais fontes de financiamento da educação no país, o Fundeb, que terminaria no fim deste ano. Também aumenta seu alcance e amplia em 13 pontos percentuais os recursos destinados ao setor pela União. Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e foi criado em 2007. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto torna obrigatório exame toxicológico anual para professores da rede pública

O Projeto de Lei 3928/20 torna obrigatório o exame toxicológico para professores da rede pública de ensino. Em análise na Câmara dos Deputados, o texto estabelece que os exames para detecção do uso de drogas ilícitas sejam realizados antes da admissão do professor e depois anualmente. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto estende até o fim do ano prazo para redução de salário e jornada em escola particular

O Projeto de Lei 4244/20 prorroga, até 31 de dezembro de 2020, o prazo para que instituições privadas de ensino possam operar com redução de salários e jornadas e com suspensão de contratos de trabalho mediante acordo com empregados. O texto, que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados, altera o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto determina que professor seja treinado para identificar sinais de abuso sexual contra criança

O Projeto de Lei 4181/20 determina que os cursos de formação de professores incluam conteúdos programáticos, treinamento e orientação para identificar sinais de maus-tratos e abuso sexual praticados contra criança e adolescente. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto prevê auxílio emergencial para professores de pré-escolas demitidos durante pandemia

O Projeto de Lei 4158/20 concede o direito ao recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600 aos educadores e professores dos centros de educação infantil privada ou conveniadas cuja renda for inferior a dois salários mínimos e que foram dispensados do trabalho durante a pandemia de Covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

9. OUTRAS NOTÍCIAS

MEC divulga solução para fornecimento de acesso à internet a alunos de baixa renda

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta segunda-feira, dia 17 de agosto, a solução encontrada para o fornecimento de acesso à internet aos cerca de 900 mil alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Ensino Superior e da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objetivo é viabilizar, já neste segundo semestre, conectividade a

alunos que não tenham renda suficiente para contratar o serviço de banda larga em seus domicílios, disponibilizando pacotes de dados móveis (4G) para que eles tenham acesso aos conteúdos educacionais e às atividades de aprendizagem, oferecidos de forma remota pelas instituições de ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

Sancionada a lei que trata da flexibilização do calendário escolar durante a pandemia da covid-19

O Diário Oficial da União tornou pública, nesta quarta-feira (19), a sanção da Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. A lei é originária da Medida Provisória (MP) 934 que desobriga as escolas de educação básica e as universidades do cumprimento da quantidade mínima de dias letivos em razão da pandemia de covid-19. A MP foi aprovada no Senado Federal no dia 23 de julho e aguardava a sanção presidencial. [Continue lendo AQUI.](#)

Ministério da Saúde publica portaria que altera regras de incentivos financeiros aos municípios e ao DF para ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino

O Diário Oficial da União (DOU), da segunda-feira (10 de agosto), tornou pública a Portaria nº 2.027, de 7 de agosto de 2020 que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (Covid-19). Com a publicação, a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, foi alterada. [Continue lendo AQUI.](#)

Falta de prova de desequilíbrio contratual impede redução de mensalidades escolares

O desembargador Luiz Fernando Boller, da 1ª câmara de Direito Público do TJ/SC, em decisão monocrática, negou tutela de urgência à UCE - União Catarinense dos Estudantes para reduzir mensalidades estudantis por conta dos reflexos da pandemia do coronavírus. Para o desembargador, não houve prova robusta que ampare o argumento da existência de desequilíbrio contratual. [Continue lendo AQUI.](#)

Programa promove destravamento de 69% das obras de creches paradas em Goiás

“A boa notícia é que, mesmo diante da pandemia, o comitê executivo local, junto com o nacional, conseguiu retomar onze construções de creches, concluir outras duas e repactuar o andamento de mais 25, totalizando o destravamento de 69% das obras paradas no estado”, resumiu o promotor de Justiça e membro auxiliar da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Carlos Vinícius Ribeiro. [Continue lendo AQUI.](#)

Estudo apresenta planejamento das redes de ensino para a volta às aulas

Adoção de protocolos sanitários, ações para lidar com o impacto emocional causado pela pandemia, enfrentamento à evasão escolar e diagnóstico quanto à defasagem pedagógica dos estudantes são alguns dos temas abordados no estudo “**Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado**”, que será lançado em um webinar no dia 28 de agosto, às 14h30, no canal do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) no Youtube ([acesse aqui](#)). Não é necessária inscrição prévia. [Continue lendo AQUI.](#)

Instituto Alana lança documento com sugestões sobre o planejamento de reabertura das escolas e aprendizagem ao ar livre

Com o intuito de colaborar com o planejamento de reabertura das escolas para quando houver condições sanitárias seguras, o programa Criança e Natureza - iniciativa do Instituto Alana - lança, com apoio e parceria de outras instituições, entre elas a Undime, um documento com sugestões e referências que possam contribuir com o poder público na construção de protocolos relativos ao tema. [Continue lendo AQUI.](#) - Clique aqui para acessar o documento lançado pelo Instituto Alana.

Ministério da Saúde publica portaria que altera regras de incentivos financeiros aos municípios e ao DF para ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino

O Diário Oficial da União (DOU), da segunda-feira (10 de agosto), tornou pública a [Portaria nº 2.027, de 7 de agosto de 2020](#) que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (Covid-19). Com a publicação, a [Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020](#), foi alterada. [Continue lendo AQUI.](#)

Covid-19: Pelo menos um terço das crianças em idade escolar não consegue acessar o ensino a distância durante o fechamento das escolas, diz novo relatório do UNICEF

Pelo menos um terço das crianças em idade escolar – 463 milhões de crianças em todo o mundo – foi incapaz de acessar o ensino remoto quando a Covid-19 fechou suas escolas, de acordo com um novo relatório do UNICEF divulgado hoje, enquanto países em todo o mundo discutem seus planos para o retorno às salas de aulas. [Continue lendo AQUI.](#)

Como as redes de ensino estão se planejando para a volta às aulas?

A partir de entrevistas em profundidade com secretários de Educação de 20 redes de ensino – 16 municipais e 4 estaduais –, o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) traçaram um panorama sobre o planejamento para a volta às aulas no País, mostrando quais os aspectos que estão mais ou menos avançados. Os resultados estão disponíveis no estudo “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”, divulgado no dia 28 de agosto. [Continue lendo AQUI.](#)

10. ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

- [Lei nº 14.040, de 18.8.2020](#) - Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. [Mensagem de veto](#)
- [Emenda Constitucional nº 108, de 26.8.2020](#) - Altera a Constituição Federal para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e dá outras providências.

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial